



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 E A EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL: desafios e limitações

LA IMPLEMENTACIÓN DE LA LEY 10.639/2003 Y LA EDUCACIÓN ÉTNICO-RACIAL: retos y limitaciones.

THE IMPLEMENTATION OF LAW 10.639/2003 AND ETHNIC-RACIAL EDUCATION: challenges and limitations.

Weverton Freitas Nascimento

Universidade Federal do Triângulo Mineiro

wevertonfn@hotmail.com

Laercio Oliveira Simões

Universidade Federal do Triângulo Mineiro

oliveirasimoeslaercio07@gmail.com

Vânia Cristina da Silva Rodrigues

Universidade Federal do Triângulo Mineiro

vania.rodrigues@uftm.edu.br

Resumo: Este artigo busca compreender as contribuições, os limites e os desafios da implementação da Lei 10.639/03. A metassíntese busca criar novas compreensões além dos estudos primários com aprofundamento nas análises dos dados. Para tanto realizamos uma metassíntese a partir do levantamento de trabalhos (dissertações e teses), utilizando a ferramenta BUSCA^d - versão 2.8.4As plataformas Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Catálogo de Dissertações e Teses da Capes foram selecionadas para a busca dos trabalhos publicados entre os anos de 2003 e 2023, e foram utilizados de forma conjugada os termos “Educação Étnico-Racial”, “Prática Pedagógicas” e “Lei 10.639/2003”. Obtivemos um corpus de 17 trabalhos que foram lidos, fichados e mapeados. Os resultados apontam que os trabalhos analisados contribuíram para verificar a existência de fatores limitantes, o racismo estrutural e o epistemicídio aparecem como mecanismos para a não promoção e desqualificação da Lei 10.639/03 nos espaços escolares, produzindo fragilidades no ensino, currículo, formação, capacitação e materiais didáticos; aspectos que influenciaram na compreensão dos limites e desafios da Lei 10.639/03.

Palavras-chave: Educação Étnico-Racial. Prática Pedagógica. Lei 10.639/2003.



Resumen: Al escribir este artículo buscamos comprender las contribuciones, límites y desafíos de la implementación de la Ley 10.639/03. La metasíntesis busca crear nuevos conocimientos más allá de los estudios primarios con un análisis de datos en profundidad. Para ello, realizamos una metasíntesis a partir de un relevamiento de trabajos (disertaciones y tesis), utilizando la herramienta BUSCAAd - versión 2.8.4. Se seleccionaron la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD) y el Catálogo Capes de Disertaciones y Tesis para buscar trabajos publicados entre 2003 y 2023, y se utilizaron conjuntamente los términos «Etnoeducación», «Práctica Pedagógica» y «Ley 10.639/2003». Obtuvimos un corpus de 17 trabajos que fueron leídos, catalogados y mapeados. Los resultados muestran que los trabajos analizados contribuyeron a verificar la existencia de factores limitantes, el racismo estructural y el epistemicidio aparecen como mecanismos de no promoción y descalificación de la Ley 10.639/03 en los espacios escolares. Esto produce debilidades en la enseñanza, en el currículo, en la formación, en la capacitación y en los materiales didácticos. Aspectos que influyen en la comprensión de los aportes y desafíos de la Ley 10.639/03.

Palabras clave: Educación étnico-racial. Práctica Pedagógica. Aplicación de la Ley 10.639/2003.

Abstract: In writing this article we sought to understand the contributions, limits and challenges of implementing Law 10.639/03. Metasynthesis seeks to create new understandings beyond primary studies with in-depth data analysis. To this end, we carried out a meta-synthesis based on a survey of works (dissertations and theses), using the BUSCAAd tool - version 2.8.4. The Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) and the Capes Catalogue of Dissertations and Theses were selected to search for works published between 2003 and 2023, and the terms "Ethnic-Racial Education", "Pedagogical Practice" and "Law 10.639/2003" were used in conjunction. We obtained a corpus of 17 papers which were read, listed and mapped. The results show that the works analyzed contributed to verifying the existence of limiting factors, structural racism and epistemicide appear as mechanisms for the non-promotion and disqualification of Law 10.639/03 in school spaces. This produces weaknesses in teaching, the curriculum, training, capacity building and teaching materials. Aspects that influenced the understanding of the contributions and challenges of Law 10.639/03.

Keywords: Ethnic-Racial Education. Pedagogical Practice. Implementation of Law 10.639/2003.

Introdução

Nos últimos anos, a partir da aprovação da Lei n. 10.639/03 que estabelece inclusão da História e Cultura Africana e Afro-brasileira na Educação Básica, complementada e alterada pela Lei nº. 11.645/2008, uma série de desafios são colocados para o sistema educacional brasileiro, especialmente no sentido de subverter práticas discriminatórias no contexto escolar, seja a partir de experiências pedagógicas que se encontram em curso, seja pela revisão dos conteúdos de ensino dos planos, dos programas e dos livros didáticos.

A partir desses dispositivos legais as escolas e o processo formativo foram tensionados e instados a repensarem suas práticas, desencadeando ações para atender à exigência legal. Assim, para o campo educacional, de forma ampla e particularmente no âmbito escolar, justificam-se pesquisas que apontem resultados de pelo menos duas décadas de existência dessas políticas.



Entendemos que a implementação da Lei não se restringe apenas ao comprimento de uma determinação legal, mas em superar dados como levantados pelo IBGE (2024) de 2022, que apontam que dos jovens de 14 a 29 anos fora da escola, 70% eram negros e 28% brancos, índice que teve uma pequena variação na comparação com 2019, quando 71% dos jovens fora da escola eram negros, e apenas 27% destes brancos. O estudo "Diagnóstico do abandono e da evasão escolar no Brasil"¹, do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social, aponta que as chances de um jovem preto ou pardo de 20 a 24 anos estar fora da escola sem ter concluído o ensino médio é 55% maior do que a de um jovem branco. A "(...) escola se torna, inevitavelmente, um lugar privilegiado que reflete, através de diferentes perspectivas, o rico e desafiador enredo das relações sociais" (Pereira, 2010; p. 15).

Trata-se também de um ato de transgressão a implementação da Lei, que na perspectiva de Hooks (2024) implica em questionar um currículo eurocêntrico que marginaliza os conhecimentos e experiências de grupos minoritários - mulheres, negros e indígenas - reproduzindo desigualdade e injustiças sociais, raciais, sexuais e econômica. Neste contexto, é importante repensar o currículo, porém é primordial transformar comportamentos, atitudes e a posição das instituições frente ao racismo.

Assim, para a escrita deste artigo os três autores, se debruçaram sobre os trabalhos levantados a partir da ferramenta Buscad - versão 2.8.4 - nas plataformas Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Catálogo de Dissertações e Teses da Capes, que abordavam a temática da Lei 10.639/03 e sua aplicação no contexto escolar, com o objetivo de compreender as contribuições, os limites e os desafios da implementação da Lei no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio.

Frente ao objetivo proposto, para além desta introdução em que apresentamos o contexto, organizamos a escrita deste artigo em quatro seções, a saber: (i) Encaminhamento metodológico - na qual delineamos a pesquisa e apresentamos o processo de identificação dos trabalhos que integram o nosso corpus de análise; (ii) Síntese interpretativa dos agrupamentos identificados no corpus - na qual destacamos os pontos de enfoque dos estudos e as articulações entre a aplicação da Lei 10.639/03 e a mobilização e promoção de uma Educação Étnico-Racial no contexto escolar; (iii) Síntese integrativa do corpus na qual destacamos os limites e desafios da implementação da lei 10.639/03 para a mobilização e a produção de uma Educação Étnico-Racial e, por fim, apresentamos a última seção, com nosso (iv) Alinhavos finais sinalizamos elementos emergentes da pesquisa, destacamos limitações e desafios na área de

¹ Desigualdade Racial | Educação em Números | Observatório de Educação (institutounibanco.org.br).



estudos sobre o combate ao racismo, em especial aquelas que se articulam com a uma educação étnico-racial.

Encaminhamentos metodológicos

O processo de investigação realizado se configurou de natureza qualitativa (Alves-Mazzoti, 2002; Denzin; Lincoln, 2005) e de cunho exploratório. Considerando nosso objeto de estudo, esta investigação enquadra-se na modalidade de pesquisa documental, nos termos postos por Lüdke e André (2012) e Cechinel et al. (2016). Segundo os autores, esse tipo de pesquisa pode constituir-se numa técnica valiosa na abordagem qualitativa ao levantarmos materiais que ainda não foram editados ou que não receberam um tratamento analítico suficiente.

Este trabalho pode ser caracterizado como uma metassíntese acerca da temática que consistiu “primeiramente, em obter evidências qualitativas de estudo(s) de primeira ordem que compõem o corpus [...] produzindo uma síntese interpretativa [...] para, a seguir, realizar um estudo de segunda ordem [...] produzindo outras interpretações e outros resultados que permite atingir outro nível de síntese possível” (Cristovão; Fiorentini 2021, p.38). Assim, uma metassíntese tem o objetivo de alcançar “uma síntese que vai além do que foi obtido pelos estudos primários, produzindo novas compreensões e perspectivas” (GEPFPM, 2018, p. 247). Além disso, conforme destaca Fiorentini (2013, p. 78) “os resultados destes estudos podem ser integrativos, cruzados ou contrastados com o intuito de produzir resultados mais amplos ou gerais”.

Buscando atingir o objetivo delineado, definimos os seguintes objetivos específicos: (i) identificar, em cada pesquisa, as associações entre a implementação da Lei 10.639/03 e a mobilização e a produção de uma Educação Étnico-Racial no contexto escolar; (ii) analisar as contribuições, os limites e os desafios apontados pelos(as) pesquisadores(as) para a implementação da Lei 10.639/03 no contexto escolar; (iii) construir uma síntese integrativa destas associações em articulação com as contribuições, limites e desafios identificados.

Cabe ressaltar que as sínteses interpretativas dos estudos (Fiorentini; Crecci, 2017) foram realizadas conforme o previsto nos dois primeiros objetivos específicos. Essas sínteses, após relacionadas entre si, foram reagrupadas, produzindo uma síntese integrativa, a partir dos aspectos identificados nas sínteses interpretativas, evidenciando elementos fundantes provenientes da articulação entre as associações delimitadas e as contribuições, limites e desafios apontados.

Para a realização dos procedimentos de produção de dados utilizamos a ferramenta tecnológica denominada BUSCAD - versão 2.8.4 (MANSUR e ALTOÉ,



2023). Essa ferramenta, desenvolvida no Microsoft Excel do Office 365, no Windows 10, nos auxiliou no processo de importação e tratamento de dados científicos para realização da revisão de literatura. O programa executa macros que acessam os sites das plataformas e importam os dados disponíveis, convém destacar que os dados obtidos são de domínio público. As plataformas BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) e Capes T&D (Catálogo de Teses e Dissertações) foram selecionadas para a busca dos trabalhos.

Sendo assim, em um primeiro momento, realizamos uma busca com a utilização conjugada dos termos “Educação Étnico-Racial”; “Prática Pedagógica” e “implementação da Lei 10.639/2003”. Esse processo resultou em 93 trabalhos, sendo 42 oriundos da Capes T&D e 51 da BDTD. Após excluir as repetições, foram localizadas 69 pesquisas. O levantamento foi realizado em 23 de junho de 2024.

Figura 1 - Sequências geradas na aba do BUSCAd.

B19

Fonte: Dados da pesquisa.

Convém destacar que a opção pelo termo de busca “Educação Étnico-Racial” se deve ao fato de que entendemos que este engloba a implementação de ações e programas que visam superar as desigualdades étnico-raciais e o racismo na educação brasileira. Na concepção de Gomes (2001) o debate organizado das relações étnico-raciais e da história e cultura africanas e afro-brasileiras, com a Lei 10.639/2003, incentiva alterações relevantes no ensino brasileiro, relacionando o respeito e o valorização à diversidade étnico-racial com a competência social da educação.



Após esse levantamento inicial, foi realizado um primeiro filtro, considerando os trabalhos defendidos no período de 2003 a 2023, o recorte temporal é decorrente do fato de que no ano de 2003 foi publicada a Lei 10.639/03. Contudo, é importante destacar que encontramos trabalhos somente a partir de 2008.

Na etapa posterior, todos os trabalhos e resumos foram lidos, para esclarecer se as pesquisas fariam parte do corpus, foi necessário, em alguns casos, recorrer ao texto do trabalho e verificar o foco de análise. Neste processo os trabalhos que tinham como foco a análise da implementação da Lei nº. 10.639/03 em cursos de Licenciatura ou formação continuada foram desconsiderados, em decorrência deste filtro ficamos com 20 trabalhos.

A partir das sínteses obtivemos dados mais gerais e em seguida realizamos a leitura integral dos trabalhos para confirmar a pertinência ao nosso objetivo de estudo e para aprofundar as análises que constituíram as sínteses interpretativas. Durante esse processo optamos por excluir as pesquisas de programas de áreas, tais como: Ciências, Sociologia (mestrado profissional), Planejamento e Análise de Políticas Públicas, Língua e Cultura. Assim, o corpus de análise foi constituído por 17 pesquisas defendidas entre 2008 e 2023, distribuídas em programas de pós-graduação em Educação e Ensino, sendo 2 trabalhos de mestrado profissional e 15 de mestrado acadêmico.

Síntese interpretativa dos agrupamentos identificados no corpus

No processo de elaboração da síntese interpretativa inicial, construímos três agrupamentos a partir de trabalhos que têm como foco a problematização da implementação da Lei 10.639/03. Nessa perspectiva, julgamos por bem sinalizar os principais desafios indicados pelos trabalhos. Desse movimento, construímos dois agrupamentos, a saber: (1) Problematização da implementação da Lei 10.639/03 a partir do espaço escolar, (2) Problematização da implementação da Lei 10.639/03 a partir da perspectiva dos profissionais da educação e (3) Problematização da implementação da Lei 10.639/03 a partir da perspectiva do sistema de ensino. Ao final da seção, traçamos um panorama das articulações e/ou convergências presentes em cada agrupamento do corpus.

O primeiro agrupamento reúne nove estudos, nos quais os pesquisadores/as em algum momento da pesquisa vão para o espaço escolar com o intuito de problematizar a aplicação da Lei n. 10.639/03.



Quadro 1 – Agrupamento 1: Problemática da implementação da Lei 10.639/03 a partir do espaço escolar.

ANO/TIPO	TÍTULO	AUTOR	PRINCIPAIS DESAFIOS
2010 - Mestrado acadêmico	A Implementação da Lei 10639/03 na Educação: a desconstrução do preconceito e da discriminação contra a população negra brasileira	José Adair Xavier Chaves	Falta de subsídios teóricos e didáticos para abordar o tema das relações étnico-raciais, desconhecimento dos materiais disponibilizados pelo Ministério da Educação, falta de iniciativa dos professores.
2014 - Mestrado acadêmico	A diversidade étnico-racial em escolas privadas confessionais: a propósito da lei nº10.639/03.	Carmen Regina Teixeira Gonçalves	Falta de estudos específicos sobre a implementação da Lei nº 10.639/03 em escolas privadas, falta de clareza sobre a incorporação da temática afro-brasileira nos conteúdos programáticos, ausência de material didático adequado e acessível, pressão das famílias contra a lei e falta de informação/conhecimento sobre a lei.
2015 - Mestrado acadêmico	A diversidade étnico-racial e a lei 10.639/03: práticas, discursos e desafios: um estudo de caso na Escola Municipal de Lavras Novas – MG.	Sandra Carvalho do Nascimento Lessa	Desconhecimento da lei pela maioria dos docentes, falta de formação inicial e continuada sobre a temática da lei, carência de material sobre a lei, contexto familiar que perpetua preconceitos.
2016 - Mestrado acadêmico	Aqui na escola não mudou em nada nosso cotidiano, tudo é como antes”: um estudo sobre a prática pedagógica dos professores após a implantação da lei 10.639/2003 na escola do Campo do Patuá na Amazônia	Ana Keuria Merces Araújo	Falta de formação continuada para os professores sobre a temática étnico-racial; dificuldade em incluir essas questões nas ações pedagógicas diárias, ausência de apoio das universidades, dos movimentos sociais e secretarias de educação para ressignificar os temas e conteúdos propostos pela lei 10.639/03.
2016 - Mestrado acadêmico	Loas, tambores e gonguês: a interculturalidade do maracatu de baque virado Pernambucano, na perspectiva de uma educação para a igualdade racial	Anderson Pereira Ramalho	Iniciativas isoladas de alguns professores; necessidade de mudanças mais abrangentes no material didático e falta de uma mudança estrutural na abordagem educacional.
2019 - Mestrado acadêmico	Fotografia e educação antirracista: notas sobre a implementação da Lei nº 10.639/03 em uma oficina do ensino fundamental	Cristiano Cardoso da Silva	Dificuldade de se trabalhar com o tema da religiosidade afro-brasileira, falta de valorização da identidade negra.



Cont. Quadro 1

ANO/TIPO	TÍTULO	AUTOR	PRINCIPAIS DESAFIOS
2020 - Mestrado Profissional	A arte na elaboração de sequências didáticas para aulas de História de alunos dos anos finais do Ensino Fundamental na perspectiva da Educação para as Relações Étnico-Raciais	Susy Cléa Lisbôa Melo	As limitações impostas pelos livros didáticos e currículo em pensar uma Educação para as Relações Étnico-raciais.
2021 - Mestrado acadêmico	Busca de práticas pedagógicas de professores do Ensino Médio: racismo e intolerância na escola	Debora Andrade Chagas Martins	Falta de formação ou a formação inadequada. Assim, essa formação deve ser oferecida pelos sistemas de ensino e/ou fomentada pelos gestores das unidades escolares por terem papel decisivo nas escolhas de temas destinados ao processo de formação.
2023 - Mestrado acadêmico	As Relações Étnico-Raciais na escola de Educação Básica: exigências e desafios das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008	Francisca Izabel da Silva Bueno	Desconhecimento escolar e do currículo; percebe-se que a reprodução do desconhecimento sobre o protagonismo de negras e negros como fator de construção da história

Fonte: Elaborado pelos autores.

O trabalho científico em nível de mestrado “A Implementação da Lei 10639/03 na Educação: a desconstrução do preconceito e da discriminação contra a população negra brasileira” que o pesquisador José Adair Xavier Chaves desenvolveu aborda a importância da desconstrução do preconceito e discriminação racial na educação, destacando a Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira. Foram identificadas dificuldades como a falta de orientação didática e materiais relacionados à cultura africana. A pesquisa foi realizada em escolas de São Luiz Gonzaga, RS. O estudo elenca ações já realizadas e planeja futuras atividades, enfatizando a promoção de um diálogo inclusivo e a valorização da cultura afro-brasileira no ambiente escolar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual a constituição dos dados da pesquisa se deu por meio de visitas exploratórias, anotações de campo, registros de dados, sistematização das observações, diálogos e entrevistas.

A pesquisa de Carmen Regina Teixeira Gonçalves intitulada “A diversidade étnico-racial em escolas privadas confessionais: a propósito da Lei Nº 10.639/03” busca entender o trabalho pedagógico relacionado à diversidade étnico-racial em duas escolas confessionais de Belo Horizonte, através da análise da aplicação da



Lei nº 10.639/03 nas práticas educativa. Teve como objetivo identificar os desafios e os limites do trabalho com essa temática, além de contribuir com a elaboração de subsídios pedagógicos e teóricos para a formação de professores. Utiliza uma abordagem qualitativa, com instrumentos como questionários e entrevistas semiestruturadas, além da observação de campo e análise de documentos.

A pesquisa intitulada “A diversidade étnico-racial e a Lei 10.639/03: práticas, discursos e desafios – um estudo de caso na Escola Municipal de Lavras Novas – MG” de autoria da pesquisadora Sandra Carvalho do Nascimento Lessa investiga como as/os docentes da Escola Municipal de Lavras Novas - em Ouro Preto/MG – trabalham e se posicionam em relação à diversidade étnico-racial e à implementação da Lei Federal 10.639/03 no cotidiano escolar, a fim de contribuir para a elaboração de subsídios que possibilitem uma ação educativa capaz de contemplar e valorizar a diversidade étnico-racial. A pesquisa foi realizada com membros do corpo docente e administrativo, utilizando entrevistas semiestruturadas e questionários, além de pesquisa documental. A metodologia empregada foi o estudo de caso, que possibilitou a observação direta do contexto escolar. Os resultados revelam lacunas nas práticas pedagógicas em relação à diversidade étnico-racial e à própria Lei 10.639/03. A partir desta constatação a autora enfatiza a necessidade de ofertar subsídios pedagógicos para transformar a lei de um desafio em uma realidade concreta na escola.

O trabalho intitulado “Aqui na escola não mudou em nada nosso cotidiano, tudo é como antes: um estudo sobre a prática pedagógica dos professores após a implantação da lei 10.639/2003 na escola do Campo do Patuá na Amazônia” de autoria de Ana Keuria Mercês Araújo aborda a prática pedagógica dos professores após a implementação da lei 10.639/03 na escola do campo do Patuá, na Amazônia paraense. A pesquisa visa analisar como as questões étnico-raciais são tratadas no cotidiano escolar. Observou-se que as ações pedagógicas relacionadas à lei são pontuais e limitadas, geralmente ocorrendo apenas durante a semana da consciência negra, sem uma prática contínua e aprofundada. A pesquisa destaca a necessidade de maior formação continuada para os professores e apoio de instituições para efetivar a lei no dia a dia escolar. Além disso, a abordagem teórica transita pelo materialismo histórico e dialético, considerando as condições socioeconômicas e as contradições sociais. O referencial teórico sobre relações étnico-raciais no estudo inclui a crítica ao “mito da democracia racial”. O estudo também se apoia em autores que discutem a descolonização do currículo e as mudanças epistemológicas necessárias para abordar as questões étnico-raciais de forma mais efetiva.

A dissertação “Loas, tambores e gonguês: a interculturalidade do maracatu de baque virado pernambucano, na perspectiva de uma educação para



a igualdade racial” de autoria de Anderson Pereira Ramalho aborda a interculturalidade do maracatu de baque virado pernambucano e sua relação com a educação para a igualdade racial, destacando a Lei 10.639/03. Utiliza questionários e observação participante para analisar a aplicação da lei e o potencial pedagógico do maracatu. O foco da pesquisa é perceber a dificuldade existente em se trabalhar com a história e a cultura afro-brasileira e africana, apontando caminhos que ajudem os professores a vencer, ou pelo menos, minimizar esses entraves. A ideia é que essa prática, já aplicada desde os tempos do Programa Escola Aberta, sirva como referência para que os professores formulem possibilidades de enfrentar o racismo e trabalhem a História e a Cultura Africana e Afro-Brasileira em seus conteúdos. Além disso, os professores podem participar de oficinas culturais para descobrir e explorar instrumentos e sons do maracatu.

A dissertação de Cristiano Cardoso da Silva, intitulada "Fotografia e educação antirracista: notas sobre a implementação da lei 10.639/03 em uma oficina do ensino fundamental", explora a fotografia como uma ferramenta pedagógica para a aplicação da lei nº 10.639/03 através da promoção de discussões críticas sobre a representação dos negros em imagens e do fomento de debates sobre racismo e desigualdades raciais. A pesquisa foi realizada em uma escola municipal do Rio de Janeiro, onde foram conduzidas oficinas de fotografia com alunos do ensino fundamental. A pesquisa revelou que, apesar das dificuldades para a implementação da lei, muitos alunos demonstraram alguma familiaridade com a temática abordada. O trabalho conclui que a fotografia pode ser uma ferramenta eficaz na construção de uma educação antirracista, uma vez que pode contribuir para a promoção de reflexões críticas sobre a inserção dos negros na sociedade brasileira e sobre as desigualdades raciais persistentes.

O trabalho “A arte na elaboração de sequências didáticas para aulas de História de alunos dos anos finais do Ensino Fundamental na perspectiva da Educação para as Relações Étnico-Raciais” de autoria de Susy Cléa Lisbôa Melo. A dissertação tem objetivo de elaborar sequências didáticas que contemplem recursos de valorização da cultura negra e combate ao racismo, bem como sugerir o uso dessas sequências didáticas para construção de conhecimento histórico. Um caderno com sugestões de sequências didáticas elaboradas com atividades direcionadas ao uso da arte nas aulas de História com ênfase na educação para as relações étnico-raciais, com recomendação de inserção destas atividades no currículo escolar e desenvolvimento de forma continuada, associadas aos conteúdos já desenvolvidos em sala de aula durante o ano letivo com os anos finais do Ensino Fundamental.

A pesquisa intitulada “Busca de práticas pedagógicas de professores do



Ensino Médio: racismo e intolerância na escola” de autoria de Débora Andrade Chagas Martins investiga o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas à educação étnico-racial. Apresentando como objetivo, primeiramente, analisar, sob a ótica do professor, se o Centro de Mídias São Paulo (CMSP) desenvolveu práticas que abordem a temática étnico-racial e se estas práticas foram adequadas. Em um segundo, busca verificar se o professor teve acesso à formação inicial e/ou continuada voltada para a temática étnico-racial e relação deste acesso com o desenvolvimento de práticas pedagógicas. Em um terceiro momento, buscou-se analisar, por meio de depoimentos de professores, os impactos na aprendizagem nas práticas desenvolvidas. Principais autores sobre a temática; o racismo, lutas dos negros, identidade étnica e formação de professores. A metodologia da pesquisa qualitativa com bases na pesquisa-participante, uma vez que a prática desenvolvida pela pesquisadora também faz parte da análise dos dados por conta da trajetória que se construiu, diariamente, no processo contínuo na busca por práticas significativas.

Na dissertação “As Relações Étnico-Raciais na escola de Educação Básica: exigências e desafios das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008” de autoria de Francisca Izabel da Silva Bueno a autora investiga as razões e os princípios que sustentam a proposição da inclusão dos estudos sobre a história e a cultura dos povos africanos e afro-brasileiros e o reconhecimento de sua contribuição para a formação da identidade nacional e para o combate do racismo. O objetivo desta dissertação é analisar as exigências e desafios decorrentes das leis 10.639/03 e 11.645/08 no que concerne à formação a ser desenvolvida na escola de educação básica. A pesquisa se baseia em estudos Lei 10.639/03 e 11.645/08 destacando, especialmente, a contribuição dos movimentos negros organizados em torno dessa luta. Realiza uma revisão bibliográfica sobre a história da exclusão das populações negras da escola, as lutas e iniciativas que mobilizaram os movimentos negros pela educação e os desafios que permanecem na atualidade, mesmo depois da promulgação das leis mencionadas.

O segundo agrupamento, reúne 5 estudos nos quais as pesquisadoras/es problematizam a implementação da Lei 10.639/03 a partir da perspectiva dos profissionais da educação.



Quadro 2- Agrupamento: Problemática da implementação da Lei 10.639/03 a partir da perspectiva dos profissionais da educação.

ANO/TIPO	TÍTULO	AUTOR	PRINCIPAIS DESAFIOS
2008 - Mestrado acadêmico	Refletindo a identidade negra e agindo multiculturalmente no ensino	André Nepomuceno Cirilo da Silva	Evitar a essencialização ou hierarquização dos marcadores identitários, garantir que a identidade seja percebida como múltipla e em constante processo de construção, ambiguidade entre a aplicação da Lei 10.639/03 em todo o currículo escolar e a ênfase em disciplinas específicas como História, Artes e Literatura.
2013 - Mestrado acadêmico	“Eu não sou negão, meu coração é a liberdade”: diálogo sobre literatura negra ou afro-brasileira em escolas de ensino médio da Bahia.	Ivan de Pinho Espinheira Filho	Não reconhecimento do racismo em sala de aula.
2016 - Mestrado acadêmico	A implementação da Lei 10.639/03 de uma escola estadual de Montes Claros/MG	Laio Marques Silva	As ações só acontecem na escola se houver um direcionamento pedagógico administrativo dos órgãos superiores; não oferecimento de cursos de formação referente à temática da Lei 10.639/03.
2019 - Mestrado acadêmico	Relações étnico-raciais do Ensino Fundamental II em escolas públicas da cidade de Manhumirim/MG	Tânia Danielle Vieira Neto	Ausência de práticas pedagógicas efetivas, percepção de que a obrigatoriedade de tratar a temática étnico-racial é eventual, falta de conhecimento e reconhecimento das legislações por parte dos docentes.
2023 - Mestrado Profissional	Práticas de formação de leitores/as à luz da literatura afrobrasileira em uma escola municipal de Ensino Fundamental	Quitilane Pinheiro Dos Santos	O acervo escolar não abarca obras de literatura de autores afro-brasileiros, especialmente voltados ao público infantil e infanto-juvenil. Não apenas em cumprimento ao estabelecido pela Lei 10.639, mas, principalmente, para subsidiar o trabalho de professores e alunos em relação às temáticas como a que estavam trabalhando “antirracismo”, falta de apoio da escola e da secretária.

Fonte: Elaborada pelos autores.

A dissertação de André Nepomuceno Cirilo da Silva intitulada “Refletindo a Identidade Negra e agindo Multiculturalmente no Ensino” aborda a inserção das relações raciais e a valorização da identidade negra no contexto educacional



brasileiro, utilizando o referencial teórico do multiculturalismo crítico e pós-colonial. A pesquisa, de caráter qualitativo, envolveu professores e alunos do Ensino Fundamental II, aplicando questionários e entrevistas para entender suas percepções sobre multiculturalismo, identidade e preconceito. Propõe estratégias pedagógicas como a crítica cultural, a hibridização discursiva e a ancoragem social, destacando a importância de uma abordagem interdisciplinar e crítica para efetivar a temática das relações raciais na educação, em consonância com a Lei 10.639/03. O foco da dissertação está na questão da identidade negra no contexto educacional brasileiro, analisada através de uma abordagem multicultural. A pesquisa busca refletir sobre as práticas pedagógicas e propor estratégias para combater o racismo e a discriminação racial nas escolas, valorizando a identidade negra no currículo escolar.

A dissertação “Eu sou negão, meu coração é a liberdade: diálogo sobre literatura negra ou afro-brasileira em escolas de ensino médio da Bahia” de Ivan de Pinho Espinheira Filho, reflete e socializa compreensões sobre a práxis pedagógica de um grupo de professores de língua portuguesa do Ensino Médio, visando à ampliação do debate sobre o ensino da literatura negra ou afro-brasileira. Para a consecução desses objetivos, realizou-se uma investigação qualitativa, com inspiração na etnopesquisa e na análise do discurso.

A dissertação intitulada “A implementação da Lei 10.639/03 de uma escola estadual de Montes Claros/MG” que tem como autor Laio Marques Silva propõe uma pesquisa que analisa a Lei 10.639/03. A pesquisa tem como objetivo a busca pela identificação do conhecimento e as ações que foram executadas para a implementação da Lei federal 10.639/03 em uma escola estadual no Município de Montes Claros. Foi feita uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso, com entrevista semiestruturada. Além disso, analisaram-se documentos da escola, tais como: o Projeto Político Pedagógico, o Programa de Intervenção Pedagógica e o termo de visita do inspetor da Superintendência de Ensino de Montes Claros. As fontes de informações foram adquiridas por meio de entrevistas com inspetor, diretor e professores.

A dissertação intitulada “Relações étnico-raciais do Ensino Fundamental II em escolas públicas da cidade de Manhumirim/MG” de autoria de Tânia Danielle Vieira Neto apresenta uma pesquisa focada na investigação do trabalho dos docentes de duas escolas públicas em Manhumirim, MG, no que diz respeito à diversidade étnico-racial e à implementação das Leis Federais nº 10.639/03 e nº 11.645/08. A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, combinando a análise de documentos oficiais, como Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e calendários escolares, e a coleta de dados por meio de um questionário fechado e entrevistas semiestruturadas com professores e supervisoras. Os resultados revelaram uma escassez na abordagem da questão étnico-racial nos documentos analisados e um desconhecimento generalizado sobre as legislações por parte dos docentes.



Além disso, constatou-se a ausência de práticas pedagógicas planejadas e efetivas relacionadas à diversidade étnico-racial e a falta de conteúdos sobre o tema na formação inicial e continuada dos entrevistados. A pesquisa indica que, apesar da existência de legislações que promovem a causa étnico-racial, sua implementação nas escolas ainda é um desafio significativo. Assim, enfatiza a necessidade de fornecer subsídios pedagógicos que tornem as leis mais do que uma formalidade, promovendo uma educação antirracista significativa nas práticas escolares.

A dissertação “Práticas de Formação de Leitores/as à Luz da Literatura Afrobrasileira em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental” de Quitilane Pinheiro dos Santos aborda a questão das práticas de formação de leitores, tendo como enfoque a Literatura Afro-brasileira, em uma turma de 6º ano de uma escola municipal. O problema central se baseia em como as professoras de Língua Portuguesa podem aprimorar suas estratégias de promoção da leitura, incorporando a Literatura Afro-brasileira de maneira efetiva em seus planos de ensino.

Ambos agrupamentos 1 e 2 encararam desafios semelhantes ao efetivar a lei 10.639/03 na prática pedagógica. Verifica-se essa ocorrência tanto na formação inicial, quanto na continuada dos professores/as, além da inexistência de suporte em diversas esferas institucionais, políticas e pedagógicas.

O terceiro agrupamento, reúne três estudos nos quais as pesquisadoras/es problematizam a implementação da Lei 10.639/03 a partir da perspectiva do sistema de ensino.

Quadro 3 – Agrupamento 3: Problematização da implementação da Lei 10.639/03 a partir da perspectiva do sistema de ensino

ANO/TIPO	TÍTULO	AUTOR	PRINCIPAIS DESAFIOS
2013 - Mestrado acadêmico	A implementação da lei 10.639/2003 no espaço escolar em Macaé: análises de uma experiência	Jorge Luís Rodrigues dos Santos	Falta de articulação entre das diversas instâncias administrativas da gestão da Secretaria Municipal de Educação, falta da utilização de indicadores de raça/cor nos documentos oficiais utilizados pela SEMED, a lei não tem visibilidade enquanto política estado, a forma de condução dos planos e políticas educacionais referentes ao cumprimento da Lei 10.639, falta de uma formação sistemática, continuada e em serviço todos os profissionais atuantes na rede, falta da construção de Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) que contemple a discussão da temática no plano das unidades escolares.



Cont. Quadro 3

ANO/TIPO	TÍTULO	AUTOR	PRINCIPAIS DESAFIOS
2014 - Mestrado acadêmico	A Implementação da Lei nº 10.639/03 e o IDEB no Sistema de Ensino Municipal De Divinópolis - MG	Maria Cristina dos Santos	Desconhecimento de forma geral da lei, formação continuada ineficiente, falta de reconhecimento da Secretaria de Educação no que se refere ao cumprimento da lei.
2018 - Mestrado acadêmico	Políticas públicas de ações afirmativas: um estudo da implementação da Lei 10.639/2003 e as suas implicações nas redes municipais de Ensino de Porto Seguro - BA, Vitória da Conquista - Ba e São Carlos - SP	Leonardo Lacerda Campos	Dentre os desafios destacados estão a falta de formação continuada dos docentes, a falta de materiais didáticos adequados e a necessidade de comprometimento das gestões educacionais na uniformização de ações nas escolas.

Fonte: Elaborada pelos autores.

“A implementação da Lei 10.639/2003 no espaço escolar em Macaé: análise de uma experiência” de Jorge Luís Rodrigues dos Santos analisa a implementação da Lei 10.639/2003 no sistema educacional de Macaé, com o intuito de verificar se as ações desenvolvidas estão em acordo com os referenciais legais e se reconhecem a diversidade étnico-racial. O autor destaca duas estratégias adotadas pelo município de Macaé para cumprir a Lei: o oferecimento de um curso de pós-graduação em 2007 e o Programa de Cultura Afro-Brasileira, criado para promover a inclusão e valorização da cultura africana e afro-brasileira nos espaços educacionais do município. Quanto aos desafios apresentados a implementação da Lei o autor destaca desafios: institucionais, políticos e pedagógicos. A percepção dos envolvidos na pesquisa sobre a aplicação da Lei é que a implementação na rede municipal de ensino de Macaé não atende integralmente o que está expresso nos documentos legais.

A dissertação intitulada “A Implementação da Lei nº 10.639/03 e o IDEB no Sistema de Ensino Municipal De Divinópolis - MG de Maria Cristina dos Santos abordou a compreensão de como está se processando a inserção da Lei nº 10.639/03 no Sistema de Ensino Municipal de Divinópolis, entender como as práticas pedagógicas, de que trata a lei, estão sendo inseridas, a partir de duas escolas: uma da área urbana e outra da zona rural de Divinópolis/Minas Gerais. O objetivo é entender as políticas públicas, voltadas para a promoção da igualdade racial da Secretaria Municipal de Educação, se essas políticas atingem de fato as escolas e identificar os desafios, os limites do trabalho com a temática, a fim de contribuir para a elaboração de subsídios pedagógicos e teóricos para a



formação de professores. Trata-se de um estudo, no qual foram feitas entrevistas semiestruturadas com professoras e diretoras das escolas pesquisadas, aplicação de questionários aos pais dos alunos e diálogo com o secretário do Conselho Municipal de Educação.

A pesquisa científica intitulada de “Políticas públicas de Ações Afirmativas: um estudo da implementação da Lei 10.639/2003 e as suas implicações nas Redes Municipais de Ensino de Porto Seguro/Ba, Vitória da Conquista/Ba e São Carlos /SP” de autoria de Leonardo Lacerda Campos tem como objetivo central investigar o processo que culminou na implementação da Lei nº 10.639/2003 nas Redes Municipais de ensino de Porto Seguro/BA, Vitória da Conquista/BA e São Carlos/SP. Dentre as estratégias adotadas para a implementação da Lei nos municípios, o autor destaca que São Carlos optou por seguir as determinações da Lei distribuindo os conteúdos relacionados ao Ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira nas disciplinas História do Brasil, Literatura e Artes. Diferentemente dos municípios de Vitória da Conquista e Porto Seguro, que optaram por constituir uma disciplina específica. A percepção dos envolvidos na pesquisa sugere uma necessidade de capacitação e sensibilização em relação à Lei 10.639/2003, visando promover um entendimento mais profundo de sua importância e aplicabilidade nas escolas. No que se refere aos desafios enfrentados na implementação da Lei 10.639/2003, nos municípios estudados, o autor destaca a formação continuada dos docentes, a falta de materiais didáticos adequados e a necessidade de comprometimento das gestões educacionais na uniformização de ações nas escolas.

Sínteses integrativas dos agrupamentos construídos

No primeiro agrupamento, Problemática da implementação da Lei 10.639/03 a partir do espaço escolar, é constituído por trabalhos nos quais os autores/as foram verificar in loco a aplicação da Lei 10.639/03. A maioria dos trabalhos integrantes do corpus (9 estudos) está neste agrupamento porque investigaram como estão as práticas docentes após a implantação dos aparatos jurídicos educacionais voltados para a Educação Étnico-racial no cotidiano escolar. Outro ponto comum dos trabalhos deste agrupamento refere-se à identificação da dificuldade em desenvolver práticas pedagógicas voltadas para a temática.

Os trabalhos de Gonçalves (2014), Lessa (2015), Araujo (2016) e Martins (2021) fazem parte do Agrupamento 1, pois demonstram a falta de conhecimento da Lei pelos profissionais da educação, além de uma formação inicial e continuada ineficiente, em que não se preocupam com a abordagem das relações étnico-racial. Dessa forma, perpetua-se o racismo, preconceitos e



desigualdade social no ambiente escolar. Os trabalhos de Ramalho (2016), Silva (2019), Melo (2020) e Bueno (2023) apontam para as dificuldades impostas ao currículo no que se refere ao reconhecimento do protagonismo do povo negro tendo em vista a manutenção de um currículo eurocêntrico pautado na valorização do padrão físico, social e educacional europeu e, para a resistência a mudanças significativas na estrutura da educação.

No que se refere ao currículo escolar convém destacar que este se constitui em um campo de debates, reflete a sociedade onde está inserido, funcionando como um organismo vivo e dinâmico. Cada componente do currículo, desde os conteúdos selecionados até as metodologias de ensino, contribui para moldar a identidade do/a estudante. O currículo é um reflexo das expectativas e valores da sociedade, projetando o tipo de cidadão/ã que se deseja formar. Nesse sentido, Silva (2016, p. 23) destaca que

O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais.

O currículo não é apenas uma ferramenta educativa, mas também um campo no qual se manifestam e se entrelaçam o saber e o poder, a representação e o domínio, o discurso e a regulação. Silva (2016) destaca ainda, que o currículo é um espaço privilegiado onde se condensam relações de poder cruciais para a formação das subjetividades sociais. Em outras palavras, o currículo desempenha um papel fundamental na maneira como as identidades são moldadas e desenvolvidas. Essa visão nos faz refletir sobre a profundidade e a complexidade do currículo, reconhecendo-o como um local no qual as dinâmicas sociais são corporificadas. O currículo não só transmite conhecimento, mas também perpetua valores, normas e relações de poder que influenciam a formação dos indivíduos.

O segundo agrupamento, Problemática da implementação da Lei 10.639/03 a partir da perspectiva dos profissionais da educação, é composto por 5 estudos que investigam como estão a prática docente após a implantação da Lei 10.639/03 voltada para Educação-racial a partir da perspectiva dos profissionais da educação. Esses trabalhos utilizaram diferentes metodologias, por exemplo, entrevistas, questionários e grupos focais para identificação da dificuldade no desenvolvimento de práticas voltadas para a temática. Os trabalhos de Silva (2008) e Filho (2013) apresentam como principais desafios a implementação da Lei o reconhecimento de que em nosso país temos várias



identidades e que estamos em processo de construção a todo momento, e que precisamos incluir a Lei 10.639/03 em todo o currículo, não deixando somente em algumas disciplinas pontuais. Esses autores ainda destacam o fato das instituições de ensino não reconhecerem o racismo na sala de aula, ao darem força para o mito da democracia racial e dificultarem debates e discussões consistentes acerca do racismo e preconceito. Os trabalhos de Silva (2016) e Vieira Neto (2023) apresentam a dificuldade de ações concretas efetivas na escola, ocorrendo de forma obrigatória e não tendo o reconhecimento da temática como essencial para a formação dos alunos/as. A ausência das ações acontece pela falta de formação referente a temáticas e o não conhecimento das legislações por parte dos docentes. Santos (2023) por sua vez sinaliza a dificuldade de se ter acesso a materiais nas bibliotecas que possam auxiliar o trabalho dos/as professores/as e o cumprimento da lei.

No terceiro agrupamento, Problemática da implementação da Lei 10.639/03 a partir da perspectiva do sistema de ensino, os três trabalhos que fazem parte do agrupamento analisam a implementação da Lei tendo como foco as secretarias municipais de educação. Esses trabalhos, ao sinalizarem os desafios encontrados em relação à implementação da Lei, destacam a falta de formação continuada e a importância das secretarias municipais de educação na condução, execução e fiscalização da Lei.

As secretarias têm um papel fundamental nesse processo, tendo em vista que é competência destas garantir que a lei seja colocada em prática através do apoio e orientações sobre práticas pedagógicas, atividades didáticas e medidas a serem tomadas em casos de racismo; no oferecimento de formação continuada para professores/as, capacitando-os para abordar de forma adequada a história e cultura afro-brasileira em sala de aula; na alocação de recursos financeiros e materiais para a implementação da Lei, o que inclui aquisição de materiais didáticos, livros, e recursos audiovisuais. Contudo, os trabalhos Campos (2018) e Santos (2013) chamam a atenção para falta de uma política efetiva que contemple a implementação da Lei nas escolas tendo em vista a forma como são direcionadas as ações. Desta forma, “(...) a escola e seus profissionais vivem um grande dilema entre o “ter de fazer”, e “o que fazer”, entre o entendimento da lei e a capacitação para trabalhar com ela” (Santos, 2014, p. 127).

Problematicar como a Lei 10.639/03 tem sido implementada nos sistemas tem o intuito de dar viabilidade às práticas desenvolvidas pelos municípios (Campos, 2018) e pensar a elaboração e desenvolvimento de estratégias e iniciativas que busquem sanar as lacunas encontradas nos sistemas de ensino que não cumprem a lei de forma sistemática e contínua (Santos, 2013).

A análise integrativa aponta para um tema muito pouco explorado nos textos que formam o corpus do trabalho, a existência de um mecanismo em



escala institucional que permite o funcionamento “normal” do ensino no que se refere às questões raciais. Assim, a negligência, o descuido e o desinteresse são elementos que (re)produzem as condições para o estabelecimento e a manutenção de uma certa ordem social, a naturalização do racismo na escola.

O tráfico de homens, mulheres e crianças do continente africano para o Brasil, transformados em escravos ao longo de quase quatro séculos, e mantidos pelas elites, permitiu que se construísse ao longo do período colonial, império e da república um sistema social, sustentado pelo Estado, de discriminação, segregação, preconceitos e racismo. Com isso, estruturou-se como ideologia, traduzida para a prática social, como uma cultura racial, baseada evidentemente na dominação e poder em todas as formas de relações sociais. Assim, estruturaram-se, nas instituições públicas e privadas, os valores da inferioridade dos negros, indígenas e pobres. Estes valores, inculcados nas estruturas de pensamento dos indivíduos e grupos, reproduziram-se no nosso desenvolvimento social e econômico, causando as profundas desigualdades sociais que conhecemos.

O racismo problematizado nos trabalhos transpassa o comportamento individual e se dá nas relações concretas e objetivas, em uma dinâmica de poder que instrumentaliza qualquer instituição dentro dessa ordem social com o aparelho — epistemicídio — que naturaliza e negligencia o Outro, aquele fora do grupo dominante. Esse Outro está entre aqueles cuja própria presença é vigiada e ignorada no sentido de recusa psíquica ao mesmo tempo em que é estereotipada (Bhabha, 1998). O racismo, enquanto uma estrutura objetiva e concreta, transpassa o comportamento individual, se aloja no comportamento dos indivíduos, “(...) pois se ancora nas práticas sociais” (Almeida, 2019, p.43) para se manter viva.

Um outro aspecto muito presente nas dificuldades relatadas nos agrupamentos 1 e 2 refere-se a uma recorrente resistência à exploração da temática étnico-racial e o desejo de não enfrentar os conflitos educacionais, a temática étnico-racial é entendida como mais um conteúdo e não como instrumento de educação das relações étnico-raciais e de enfrentamento ao racismo.

Vieira Neto (2019) ressalta que é necessário problematizar sobre as condições que sustentam o racismo, quais as formas de produção, os suportes que implicam em fragilidades na dimensão pedagógica tendo em vista “(...) ao que parece o currículo e a pedagogia não seriam suficientes para romper as crenças e percepções que os/as docentes apresentam em relação ao que deve ser feito sobre as questões étnico-raciais” (Vieira Neto, 2019, p.194).

Como ressaltado, problematizamos a Instituição e as ações políticas, esse órgão e norma gestores do currículo e financiadores de material e de cursos de



formação na capacitação dos/as professores/as. Primeiramente precisamos entender a posição da instituição no aparelho do Estado. As instituições são espaços normalizados que condicionam o comportamento dos sujeitos e são influenciadas pelos conflitos existentes dentro da sociedade “em outras palavras, as instituições também são atravessadas internamente por lutas entre indivíduos e grupos que querem assumir o controle da instituição (Almeida, 2019, p. 27)”. Como levantado nos trabalhos deste agrupamento os conflitos raciais são vivamente presentes na escola e são naturalizados seguindo a regra social do grupo dominante que exerce seu domínio sobre as organizações políticas e econômicas.

O Estado e as instituições estendem seus poderes por meio de ações políticas sobre a sociedade, sendo um mecanismo para consolidação do controle dos grupos racializados. O poder serve como elemento central nas relações raciais de um grupo sobre o outro. Sempre que as normas dessas instituições forem desafiadas ou danificadas a condição de negligência se passa a uma posição de medo ou de interesse (Almeida, 2019). Como podemos verificar nos relatos essa condição de tensão e a sua posição de medo em relação a invasão do currículo com a Lei 10.639/03, contando a História e Cultura Africana e Afro-brasileira sendo contranarrativas que perturbam a posição de privilégio. O receio de perder o controle mantido pelas classes dominantes impede a aplicação da Lei nas instituições escolares, assim, podemos verificar pelos relatos todo o uso do poder econômico e político, no sucateamento e falta de subsídios na implementação da Lei.

Nos trabalhos que fazem parte do corpus podemos perceber que as dificuldades que a Lei tem de atingir as dimensões mais profundas, sempre limitada a uma dimensão pedagógica fragilizada. Isso muito em virtude do racismo que tem um caráter de dominação econômica, ideopolítica e étnico-racial, portanto, é estrutural no modo de produção capitalista.

As nações que vivenciaram a dominação colonial escravocrata, entre elas a América Latina, reproduzem e mesclam a herança desse sistema em todo o desenvolvimento histórico do capitalismo, que mantém e amplia as formas de exploração econômica e segregação racial, eternizando o racismo estrutural (...) (Abramides, 2021, p. 16).

A Lei é encapsulada, se restringe a corrigir as fragilidades, as práticas sociais dos agentes educacionais da escola e discentes, sua aplicação se restringe em um processo individual, eventual e sem o reconhecimento da importância de uma Educação Étnico-Racial. A negligência e o desinteresse são elementos que (re)produzem as condições e garantem o estabelecimento e a manutenção de uma certa ordem social, a naturalização do racismo no sistema educacional. Evidenciada instalação do epistemicídio na desqualificação da



temática e “(...) mantendo um processo persistente de produção da indigência cultural (Carneiro, 2023, p. 88)”, silenciamento e falta de apoio nas dimensões institucional e política.

Alinhavos Finais: Limitações e Desafios

No processo de construção do nosso corpus, nos preocupamos em estabelecer os termos utilizados como critérios de busca intencionalmente amplos (Educação étnico-racial; Práticas Pedagógicas; Lei 10.639/2003) com o intuito de identificarmos as temáticas vinculadas a agrupamentos e/ou categorias que se aproximavam e se relacionavam com metodologias correlacionadas e com pontos em comum na trajetória metodológica. Na busca por reunir as pesquisas que se preocuparam com a discussão e a efetivação da Lei 10.639/03 e sua aplicabilidade no contexto escolar, com o objetivo de identificar os limites e os desafios do cumprimento da Lei para a mobilização e a produção de uma Educação Étnico-Racial.

Diante da apresentação da metodologia aqui empregada, chegamos em concordância que os trabalhos analisados contribuíram para verificarmos vários fatores limitantes à implementação da Lei. O epistemicídio e o racismo estrutural acabam limitando e desqualificando a Lei 10.639/03, com a criação de barreiras significativas como o currículo, a formação/capacitação dos docentes e materiais didáticos dentro da norma social que não problematiza as suas estruturas e mantém os privilégios dos grupos dominantes. Isso possibilita outro entendimento sobre os desafios na implementação da Lei 10.639/03 que foram levantados nos agrupamentos e sinaliza que as dificuldades levantadas nos trabalhos que compõem o corpus são condições necessárias para o funcionamento da ordem social estabelecida.

Para superarmos os limites e desafios impostos precisamos da mobilização coletiva de movimentos sociais, sindicatos, também se faz necessária a mobilização das nossas instituições (escolas, Secretarias de Educação etc.) no sentido de enfrentarmos as fragilidades impostas pelo epistemicídio e o racismo estrutural. Precisamos investigar os pontos de ancoragem que sustentam uma estrutura que busca criar fragilidades que garantam a sua ordem de poder.

Convém destacar que o racismo é estrutural porque o estado e a sociedade no Brasil se organizaram com base na exclusão dos espaços públicos, dos territórios e das regiões, privilegiando as relações patrimonialistas em detrimento do universal e republicano. Para dismantelar o conjunto dos sistemas de dominação e poder, é necessário forte investimento público e privado, para persuadir o conjunto da sociedade a uma cultura da diversidade ou para desestruturar o sistema constituído.



É importante reafirmar a garantia de direitos fundamentais assegurados constitucionalmente, promovendo a igualdade e a justiça social no Brasil. Ainda, fazendo valer a Lei 10.639/2003 que representa um avanço crucial ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas, visando educar e conscientizar sobre a diversidade étnico-racial. Complementando esse esforço, a Lei 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, busca assegurar à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades e a proteção de direitos étnicos e uma série de legislações que visam construir uma sociedade mais justa e igualitária, respeitando e promovendo a dignidade de todos os cidadãos.

Referências

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa (Org.). **Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos**. São Paulo: EDUC, 2021.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. O método nas ciências sociais. In: ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando (Org.). **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2002.

ARAUJO, Ana Keuria Mercês. **"Aqui na escola não mudou em nada nosso cotidiano, tudo é como antes"**: um estudo sobre a prática pedagógica dos professores após a implantação da lei 10.639/2003 na escola do campo do Patauí na Amazônia Paraense. Orientador: Carlos Jorge Paixão. 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

BUENO, Francisca Izabel da Silva. **As relações étnico-raciais na escola de educação básica: exigências e desafios das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008**. Orientador: Eldon Henrique Mühl. 2023. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade - IHCEC, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo-RS, 2023.

CAMPOS, Leonardo Lacerda. **Políticas públicas de ações afirmativas: um estudo da implementação da lei 10.639/2003 e as suas implicações nas redes**



municipais de ensino de Porto Seguro – BA, Vitória da Conquista – BA e São Carlos – SP. Orientadora: Gabriela Guarnieri de Campos Tebet. 2018. 403 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Educação - FE, Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CECHINEL, Andre; FONTANA, Silvia Aparecida Pereira; DELLA, Kelli Giustina Pazeto; PEREIRA, Antonio Serafim; PRADO, Silvia Salvador do. Estudo/Análise Documental: uma revisão teórica e metodológica. **Criar Educação**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação-UNESC, Criciúma, v. 5, n. 1, p. 1 - 7, jan./jun. 2016.

CHAVES, José Adair Xavier. **A implementação da Lei 10639/03 na educação**: a desconstrução do preconceito e da discriminação contra a população negra brasileira. Orientador: Paulo Afonso Zarth. 2010. 95 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação nas Ciências, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí - RS, 2010.

CRISTOVÃO, Eliane Matesco, FIORENTINI, Dario. Narrative Research in the Study of the Learning of Mathematics Teachers in Hybrid Collaborative University-School Spaces. **Sisyphus. Journal of Education**, v. 9, n.2, p. 34-60, 2021.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introduction: the discipline and practice of qualitative research. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Eds.). **Handbook of qualitative research**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, p. 1 - 32, 2005.

ESPINHEIRA FILHO, Ivan de Pinho. **“Eu sou negão, meu coração é a liberdade”**: diálogo sobre literatura negra ou afro-brasileira em escolas de ensino médio da Bahia. Orientadora: Mary de Andrade Arapiraca. 2013. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2013.

FIORENTINI, D. A Investigação em Educação Matemática desde a perspectiva acadêmica e profissional: desafios e possibilidades de aproximação. **Cuadernos de Investigación y Formación en Educación Matemática**, v. 8, n. 11, p. 61-82, 2013.

FIORENTINI, Dario; CRECCI, Vanessa Moreira. Metassíntese de pesquisas sobre conhecimentos/saberes na formação continuada de professores que ensinam



matemática. **Zetetiké**, v. 25, n.1, p. 164-185, 2017.

GEPFPM (2018). Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Formação de Professores de Matemática e as Revisões Sistemáticas. In: Oliveira, AMP; Ortigão, MIR (org.) **Abordagens Teóricas e Metodológicas nas Pesquisas em Educação Matemática**. Brasília: SBEM. p. 234-254.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2001.

GONÇALVES, Carmen Regina Teixeira. **A diversidade étnico-racial em escolas privadas confessionais**: a propósito da Lei Nº 10.639/03. Orientador: Erisvaldo Pereira dos Santos. 2014. 284 f. Dissertação (Mestrado) - LE de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana - MG, 2014.

HOOKS, bell. **Ensinando a Transgredir**: A educação como prática da liberdade. 3. ed, São Paulo, WMF Martins Fontes, 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Criando sinergias entre a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e o G20**. Caderno Desigualdades: primeiras análises. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

LESSA, Sandra Carvalho Do Nascimento. **A diversidade étnico-racial e a lei 10.639/03**: práticas, discursos e desafios – um estudo de caso na Escola Municipal de Lavras Novas – MG. Orientador: Erisvaldo Pereira dos Santos. 2015. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Educação, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana/MG, 2015.

MANSUR, Daniel Redinz; ALTOÉ, Renan Oliveira. BUSCad: uma ferramenta tecnológica de importação e tratamento de dados em revisão de literatura de pesquisas em educação matemática. In: BAIRRAL, Marcelo Almeida; MENEZES, Rhômulo Oliveira (Org.). **Elaboração e mapeamento de pesquisas com tecnologias**: olhares e possibilidades. Porto Alegre: Fi, 2023, p. 260-292.

MARTINS, Debora Andrade Chagas. **Busca de práticas pedagógicas de professores do ensino médio**: racismo e intolerância na escola. Orientador: Douglas Aparecido de Campos. 2021. 104 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Educação e Ciências Humanas - CECH, Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação - PPGPE, Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR, SÃO CARLOS, 2021.



MELO, Susy Cléa Lisbôa. **A arte na elaboração de sequências para aulas de história de alunos dos anos finais do ensino fundamental na perspectiva da educação para as relações étnico-raciais.** Orientadora: Marizete Lucini. 2020. 92 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado Profissional em Ensino História, Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão - SE, 2020.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. **Malungos na escola:** questões sobre culturas afrodescendentes e educação. São Paulo: Paulinas, 2010.

RAMALHO, Anderson Pereira. **Loas, tambores e gonguês:** a interculturalidade do maracatu de baque virado pernambucano, na perspectiva de uma educação para a igualdade racial. Orientadora: Denise Maria Botelho. 2016. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Ciências Humanas e Educação, Programa de Pós-Graduação Associado em Educação, Culturas e Identidades, Universidade Federal Rural de Pernambuco, RECIFE-PE, 2016.

SANTOS, Jorge Luís Rodrigues dos. **A implementação da lei 10.639/2003 no espaço escolar em Macaé: análises de uma experiência.** Orientadora: Maria Elena Viana Souza. 2013. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa De Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2013.

SANTOS, Maria Cristina dos. **A implementação da Lei nº 10.639/03 e o IDEB no sistema de ensino municipal de Divinópolis - MG.** Orientador: Erisvaldo Pereira dos Santos. 2014. 209 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana/MG, 2014.

SANTOS, Quitilane Pinheiro dos. **Práticas de formação de leitores/as à luz da literatura afrobrasileira em uma escola municipal de ensino fundamental.** Orientadora: Dra. Nilda da Silva Pereira. 2023. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação, Centro Universitário Vale do Cricaré, São Mateus/ES, 2023.

SILVA, André Nepomuceno Cirilo da. **Refletindo a identidade negra e agindo multiculturalmente no ensino.** Orientadora: Ana Canen. 2008. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.



SILVA, Cristiano Cardoso da. **Fotografia e educação antirracista**: notas sobre a implementação da lei nº 10.639/03 em uma oficina do ensino fundamental. Orientadora: Maria Alice Rezende Gonçalves. 2019. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Centro de Educação e Humanidades, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias-RJ, 2019.

SILVA, Laio Marques. **A implementação da Lei 10.639/03 em uma escola estadual de Montes Claros/MG**. Orientadora: Vândiner Ribeiro. 2016. 95 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina/MG, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

VIEIRA NETO, Tânia Danielle. **Relações étnico-raciais no ensino fundamental II em escolas públicas da cidade de Manhumirim/MG**. Orientador: Erisvaldo Pereira dos Santos. 2019. 234 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal De Ouro Preto, Mariana/MG, 2019.

Agradecimentos e apoios:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

Recebido em: 22/08/2024

Aceito em: 21/03/2025